

GETÚLIO VARGAS POR ELE MESMO

Carlos Roberto da Rosa Rangel^{*}
Renata Waleska de S. Pimenta^{**}

Resumo: A pesquisa procura compreender a postura do Presidente Getúlio Vargas, entre 1939 e setembro de 1942, contemplada no diário desse ator social. Busca-se compreender os valores que circunscreviam a ética do poder presidencial, tomando-se como referência os rituais dos despachos burocráticos, as conversações de gabinete, os cerimoniais construídos em torno do Presidente e o culto ao presidencialismo como expressão máxima do poder individual no interior do Estado. A partir dessa abordagem do poder, a metodologia vale-se do cruzamento que se faz entre o que relata o Presidente em seus diários e o que se encontra nas bibliografias sobre o período. Observamos, através dos textos do seu diário, que Vargas tenta adotar um governo técnico e impessoal, apesar de ficar implícita a forma subjetiva como ele se considera um instrumento fundamental para a concretização das ações do Estado.

Palavras-chave: Getúlio Vargas. Ética Política. Moralidade Contemporânea.

Abstract: The research looks for to understand the position of President Getúlio Vargas, between 1939 and September of 1942, contemplated in the daily one of this social actor. One searches to understand the values that circumscribed the ethics of the presidential power, being overcome as reference the rituals of the bureaucratic forwardings, the conversations of cabinet, the ceremonials constructed around the President and the cult to the presidentialism as maximum expression of the individual power in the interior of the State. From this boarding of the power, the methodology valley of the crossing that if makes between what the President in its daily ones tells and what meets in bibliographies on the period. We observe, through the texts of its daily one, that Vargas tries to adopt a government impersonal technician and, although to be implicit the subjective form as it considers a basic instrument for the concretion of the actions of the State.

Keywords: Getúlio Vargas. Ethics Politics. Morality Contemporary.

INTRODUÇÃO

Quando avaliamos o diário escrito por um personagem histórico como Getúlio Vargas, destacam-se algumas questões: porque ele escreveu um diário? Que intenção teria em relatar o seu cotidiano como Presidente da República? Para que tipo de leitor suas palavras eram endereçadas? Porque parou de escrever em 1942, quando ainda era Presidente, depois de passar vários anos acrescentando informações aos seus escritos?

^{*} Doutor em História pela UFRGS, Professor do Centro Universitário Franciscano – UNIFRA, Santa Maria, RS, e-mail: c.rangel@terra.com.br.

^{**} Mestre em História pela PUC-RS, Professora do Colégio Militar de Santa Maria-RS, e-mail: re_waleska@yahoo.com.br.

Entretanto, por mais inquietantes que sejam essas indagações, a questão que se pretende avaliar dentro dos limites desse artigo, diz respeito aos valores que integravam uma moral política própria do exercício da Presidência da República. Leva-se em conta que o sistema era presidencialista, no contexto histórico da vigência do Estado Novo e que havia um agravamento das reflexões de ordem moral, em virtude da Guerra Civil Espanhola e depois a II Guerra Mundial.

DESENVOLVIMENTO

Sabe-se que Vargas pouco ou nada acrescentou para esclarecer as razões dos seus diários e guardava com cuidado suas anotações para que não chegassem ao público, conforme nos esclarece Celina Vargas do Amaral Peixoto, neta de Getúlio Vargas e filha de Alzira Vargas, que foi a responsável pela coleta e organização dos dois volumes que reproduzem os diários, publicados pela Fundação Getúlio Vargas e pela Editora Siciliano em 1995.

Celina também demonstrou sua curiosidade sobre as motivações que levariam alguém a escrever diários e destacou que tal prática teria sido usual a partir do final do século XVIII, contendo registros familiares ou anotações de viagens. Segundo a autora, um escritor de diário pode construir seu texto como uma experiência íntima ou como uma maneira de guiar sua própria vida na forma de um “diário pessoal”, o que parece ter sido o propósito maior de Getúlio Vargas.

Os diários redigidos por agentes do poder estatal ou próximos a ele são experiências bem conhecidas e antecedem o marco do século XVIII, destacado por Celina. Em Portugal, por exemplo, destaca-se a autobiografia de Martin Afonso de Souza de 1557, cujo propósito era reclamar *mercês* devidas aos serviços prestados à Coroa; e os relatos diários de Pero de Alcáçoca Carneiro, sobre os acontecimentos que celebraram a aclamação de D. Sebastião no ano de 1568. Esses diários, redigidos por autoridades sobre os acontecimentos notáveis nos quais tiveram parte, não escondiam o sentido laudatório e a ambivalência de trazer, para o narrador, parte da excepcionalidade do narrado ou descrito.

Vargas não estava completamente imune a esse sentimento sobre si mesmo e sobre os acontecimentos dos quais participou como figura destacada. No seu primeiro lançamento escrito, buscou construir a justificativa para suas anotações diárias:

Se todas as pessoas anotassem diariamente em um caderno seus juízos, pensamentos, motivos de ação e as principais ocorrências em que foram parte, muitos, a quem um destino singular impeliu, poderiam igualar as maravilhosas fantasias descritas nos livros de aventuras dos escritores da mais rica fantasia imaginativa. O aparente prosaísmo da vida real é bem mais interessante do que parece. Lembrei-me que se anotasse diariamente, com lealdade e sinceridade, os fatos de minha vida como quem escreve apenas para si mesmo, e não para o público, teria aí um largo repertório de fatos a examinar e uma lição contínua da experiência a consultar (VARGAS, 1995, p. 3).

Percebe-se claramente a preocupação de eximir-se do caráter laudatório sobre seu governo, destacando a “sinceridade” e a espontaneidade com que escreveria para si mesmo e não para a apreciação dos outros. Mas deve-se reconhecer que quem escreve um diário sempre tem em conta a possibilidade de outra pessoa ler, ainda que de maneira furtiva, e se o autor do texto é uma pessoa de projeção pública, existe a possibilidade quase certa dos diários virem ao conhecimento do grande público – normalmente após a morte do seu escritor. Mas independente da intenção do presidente Getúlio Vargas, não há dúvidas quanto a idéia de que, com o tempo, um diário adquire uma importância histórica, na medida que, “(...) *com o distanciamento temporal, ele torna-se um banco de dados interessante para o historiador (...). O diário é uma forma de cercar um campo de coerência. Esta é uma pesquisa individual e coletiva.*” (HESS, *apud* SOUZA, 2006: 94 e 98)

Vargas certamente não ignorava essa possibilidade, mas para esclarecer parte dessas questões acerca da ética política, segundo a visão pessoal desse ator histórico em lugar social de grande projeção de poder, é importante avaliar o texto de Vargas tendo em conta sua concepção de tempo e história, sua trajetória pessoal como político, sua visão do Estado e do papel que desempenhava na estrutura do mesmo. Igualmente importante, é procurar nos enunciados dos seus diários a presença do “outro”, ou seja, do seu interlocutor oculto para quem dirigia suas palavras.

Sabe-se que seus primeiros escritos remontam para os dias iniciais do movimento político militar que o levou ao poder em 1930, mas isso não é suficiente para demonstrar que Vargas efetivamente iniciou seus diários na data dos primeiros lançamentos. Não se deve excluir a possibilidade dele ter tomado essa decisão em um momento posterior ao primeiro lançamento e ter feito uma retrospectiva até o dia em que ele julgou ser a data memorável ou suficientemente significativa para relatar uma trajetória que ingressaria na História tendo-o como ator preponderante.

A compreensão do processo histórico como uma escala evolutiva e da política como forma de instrumentalizar esse processo de transformação social é facilmente percebido

nos diversos discursos de Vargas, especialmente quando procurava demonstrar que seu governo era o da revolução permanente, para sanar “a anarquia permanente e a desorganização financeira” (VARGAS, *apud* FONSECA, 1989:160).

Em 1939, quando as comemorações do 3 de outubro já tinham perdido significação diante de outras datas que ganhavam maior relevo ideológico para o novo regime, a exemplo do 1º de maio e o 10 de novembro (data inaugural do Estado Novo), Vargas em seus diários (1995:259-260) lastimava que somente um breve comentário com Góis Monteiro e Osvaldo Aranha, em conversa íntima, tenha sido a rememoração da data inaugural da “Revolução de 1930”, acrescentando que “no entanto, depois dele, deu-se um sentido novo à vida do Brasil”.

A moral revolucionária, verdadeiramente, difere muito daquela manifestada por regimes que, utilizando a censura e a repressão, zelam pela manutenção do status conquistado após a conquista do poder pela força. Entretanto, se considerarmos o conteúdo moral dos discursos revolucionários da primeira metade do século XX, sobretudo os de inspiração ideológica marxista-leninista, teríamos de reconhecer que a “Revolução de 1930” estabeleceu com eles uma interdiscursividade, em momentos de auto-afirmação (RANGEL, 2007), a exemplo de quando Osvaldo Aranha, então ministro da Justiça, afirmou: “a revolução não reconhece direitos adquiridos. Esses direitos eram recorrentes da Constituição: mas, esta, já não existe. Estamos diante de uma situação de fato e não de direito. Estamos, enfim, numa situação revolucionária plenamente vitoriosa (*apud* SILVA, 1966:56).”

Entretanto, deve-se considerar que o termo “ditadura” (utilizada pelo governo provisório, entre 1930 e 1932) relaciona-se com as postulações de Comte, quando em meados do século XIX defendia a ditadura republicana, não no sentido de poder pessoal absoluto, mas referia-se ao termo *dictare* latino (prescrever, ordenar, impor algum mandamento), empregado pela República Romana do período clássico (LACERDA, 2003:29-30). Efetivamente, durante o governo provisório e, sobretudo, no Estado Novo, algumas máximas do positivismo em relação à República Presidencialista transparecem nos discursos legitimadores, na medida em que a extinção do parlamento, vigente nos moldes liberais, deu lugar à iniciativa do Chefe de Estado que se apresentava, hipoteticamente, à apreciação de toda a sociedade que poderia se “manifestar livremente”, apoiando-o ou refutando-o.

Evidente que essa espontaneidade popular diante da política era uma abstração que jamais se verificou, mas foi freqüentemente simulada nas paradas cívicas ou nas mobilizações das datas comemorativas do regime (CAPELATTO, 1998). Igualmente a idéia positivista das câmaras eleitas para fiscalizar a gestão orçamentária do governo foi um

artifício para exacerbar as iniciativas deliberativas e legislativas do poder executivo. Essas posturas autoritárias, segundo as palavras de Lacerda (2003:84-85) não correspondiam aos conceitos de ditadura republicana de Comte, pois não fora sugerida a supressão dos direitos, liberdades e garantias individuais em benefício da vontade de um governo.

Os valores liberais que se pretendia superar com a implantação do Estado Novo eram: a) os de ordem individualista, pois os liberais enteniam que a representação política ocorria a serviço da liberdade dos indivíduos, organizando-a e garantindo sua permanência diante do poder estatal e b) pretendia-se também superar os valores partidistas, uma vez que os liberais defendiam os partidos políticos como a unidade fundamental da participação política institucionalizada (RANGEL, 2007:53).

Contudo, contraditoriamente, algumas premissas básicas do liberalismo brasileiro, das três primeiras décadas do século XX, foram incorporadas aos discursos dos agentes do Estado Novo, tal como o sentido reformista dado à ação de governo, na medida em que se opunham às mudanças radicais e violentas da ordem vigente (notadamente às de inspiração comunista e integralista experimentadas respectivamente em 1935 e 1938), defendendo as soluções evolutivas e paulatinas; igualmente constitucionalista, porquanto defendiam o aprimoramento das instituições políticas e sociais por meio de legislação superior em seus princípios (a Constituição de 1937), esta capaz de regular todas as demais normas do Estado de Direito e do convívio democrático e também percebe-se a permanência do racionalismo, no sentido de crer no Estado laico e administrado por especialistas, orientados por princípios racionais.

Esse último paradigma converteu-se em referência de comportamento moral para o Presidente da República, como se percebe em diversas passagens do seu diário, nas quais afirma a superioridade dos valores técnicos e impessoais da administração pública em face dos interesses pessoais dos seus assessores e amigos próximos. Veja-se esses extratos:

(...) encerrei a noite bastante contrariado e até mesmo zangado. Várias coisas contribuíram para isso (...) a questão da Plumbum, pela qual o Osvaldo se interessa por causa do irmão e que tenho o dever de decidir contra (...)

Deixo despachado um caso que talvez venha a fermentar: é o caso da Plumbum, mina de chumbo do Paraná, disputada pelas firmas Seabra e Trajano V. de Medeiros – uma defendida pelo Osvaldo, outra, pelo general Pinto – que mais que justifica o interesse pela justiça. Meu despacho desagrada a ambos: o Osvaldo deseja que seja mantida a concessão ao Seabra, e eu anulei-a; o general Pinto pretende que se dê a concessão ao Trajano, e eu entrego o caso à Justiça, e a mina, ao controle do Ministério da Guerra (VARGAS, 1995:239 e 264).

O discurso de Vargas, tanto na esfera pessoal como nos seus pronunciamentos públicos, aponta para a sua importância como sujeito histórico central das transformações pelas quais passava o Brasil. São freqüentes as informações que colocam a esfera política toda voltada para as iniciativas e ações do Presidente da República, como o ator que tem a responsabilidade de conduzir a nação inteira ao seu destino superior, em relação ao passado deixado para trás, como pode se vê nesse discurso proferido pelo presidente em 1938,

(...) Que existia antes? Para onde caminhava o Brasil? Por que e quem reagiu contra um estado de cousas revelador de males talvez insanáveis para a defesa e preservação da própria unidade nacional? Infelizmente o Brasil marchava para a desagregação, a passos acelerados. Os vinte Estados em que se retalhava o seu território foram transformados em vinte feudos onde se opunham os interesses regionais aos interesses supremos do país. (...) para salvar a Pátria, era preciso o apelo ao recurso extremo da reação contra um estado de cousas que nos ia conduzindo, vertiginosamente, à perda da nossa existência nacional, da nossa independência e da nossa soberania. (VARGAS, 1938: 242-244).

Em outra passagem, ele acrescenta a necessidade de se criar o espírito patriótico, em prejuízo do individualismo, usando a sua imagem como exemplo a ser seguido:

(...) exijo de todos vós o que impuz a mim mesmo (...): o compromisso do devotamento de cada dia, de cada hora e de cada minuto, sem temer as conseqüências e sem vacilar diante dos resultados, - o compromisso do devotamento contínuo e permanente pela prosperidade e pela grandeza do Brasil. (Vargas, 1938:245).

Outro aspecto que se destaca no texto dos diários é a farta recorrência aos relatos dos despachos e das cerimônias oficiais pelas quais teve de passar o Presidente. Mediante um processo de amostragem, verificamos que, por exemplo, entre os anos de 1940 e 1942, mais de 70% das informações contidas no diário correspondiam a esses atos administrativos. Porque tais informações preponderam e teriam grande relevância para seu escritor? Vargas teve sua formação intelectual, profissional e política fortemente afetada por pressupostos positivistas, como já foi comentado por Pedro Fonseca (1989:33-83).

Essa influência conduzia para concepções da administração pública como sendo um assunto predominantemente técnico, impessoal e suscetível de ser operacionalizado por um aparato burocrático, representado no seu diário pelos despachos intermináveis com os assessores e os chefes dos setores técnicos do Estado.

A moral política presente nessa condução dos assuntos políticos reconhece a precariedade da natureza humana, mas tenta superá-la por meio de instrumentos técnicos e de uma racionalidade burocrática, capaz de atingir níveis de universalidade superior. Mas não se

falando de uma moral alinhada com o pensamento de Kant, pois não se destaca a autonomia dos indivíduos como pressuposto da verdade moral, mas precisamente o oposto: os indivíduos estão cegos pela visão parcial e apaixonada do mundo sufocada pelas ideologias extravagantes.

O esforço de construir uma narrativa de si mesmo implicava na construção de uma auto-imagem que se apresentava, inicialmente, como a compreensão da sua localização no mundo e, depois, como a representação de si para possíveis leitores que teriam acesso aos textos. Um Presidente esvaziado de emoções e agindo inteiramente em função dos fatos e das condições concretas que se apresentavam entre uma conjuntura e outra, mostrava o quanto Vargas valorizava o auto-controle, a racionalidade das decisões e, especialmente, a valorização do tempo para a apreciação mais completa dos problemas e para a tomada das decisões.

Percebe-se que Vargas procurava antecipar-se à História, transformando a narrativa dos acontecimentos em seus diários em fato histórico objetivo, sob a perspectiva de uma testemunha ocular que também era o protagonista dos acontecimentos, de tal maneira que escritor, narrador e personagem fundem-se no sujeito histórico capaz de dar à História a direção mais apropriada.

Nesta perspectiva, a testemunha ocular da História (Vargas) põe-se a narrá-la em terceira pessoa como se estivesse assistindo a tudo com a imparcialidade de um observador atento. No entanto, quando se refere a si mesmo como parte do diálogo, ou como personagem do acontecimento, procura apresentar-se como o personagem central sobre o qual giram os acontecimentos e as iniciativas dos demais atores.

O uso do tempo para que os problemas perdessem suas impressões iniciais mais graves e se reduzissem aos seus elementos essenciais, ganhava mais uma função estratégica de valorização da posição de poder que o Presidente ocupava. O silêncio do agente de poder gera expectativa, acentua a autoridade do deliberante, circunscreve a decisão de uma severa austeridade, produz um efeito de dependência sobre aqueles que necessitam do seu posicionamento e geram maior repercussão ao decidido.

A superioridade moral do Presidente sobre as motivações mesquinhas dos que o procuravam para satisfazer suas necessidades imediatas, seus interesses políticos ou econômicos projeta uma imagem de Vargas altaneiro, vocacionado para o bem comum da nação brasileira, imbuído de uma missão que ultrapassava sua condição humana para alçar-se ao patamar do sacerdócio. O auto-sacrifício em dias extenuantes de trabalho, em despachos intermináveis, nos aborrecimentos causados por políticos interesseiros e descompromissados

com o destino do Brasil, apresentam um Vargas desumanizado e impessoal. O Chefe de Estado encobre o homem, sufoca-o e tira-lhe toda a idiossincrasia.

São raros os momentos que Vargas apresenta-se como o pai, o irmão, o esposo, o homem envolto em situações da vida cotidiana entre amigos ou parentes. Quando isso ocorre, trata de dar ao seu comportamento uma previsibilidade burocrática e uma eventualidade superficial, tal como fica explícito nesse trecho: “*Fui de avião à Fazenda Santos Reis, na ida e na volta, com escala por Florianópolis. Uma visita de família e passar com meu pai seu 96º aniversário.*” (VARGAS, 1940:354)

O tom lacônico emprestado aos comentários sobre a conjuntura política que cercava suas ações minimiza os conflitos e a complexidade do contexto histórico no qual Vargas estava mergulhado. O grande número de variáveis diante de cada situação de grave instabilidade institucional era tratado por Vargas com uma objetividade que beirava o simplismo ingênuo. Porque o Presidente tinha essa reticência em não comentar as possibilidades de ação que se apresentavam, preferindo destacar um relato simples de um ou outro fator circunstancial?

Considera-se que realmente havia a possibilidade daqueles escritos caírem em mãos dos jornalistas, dos inimigos políticos ou de oportunistas que poderiam colocar o Presidente em situação embaraçosa diante da opinião pública certamente era um limitador do nível de profundidade, pessoalidade e parcialidade dos comentários presidenciais. Mas essa postura de controle sobre o texto possuía brechas em que o “eu” apresentava-se e colocava seu posicionamento subjetivo diante do contexto desafiador.

Importante destacar que a ética é um exercício filosófico de discussão da moral e que a moral é necessariamente histórica, como resultado das representações, valores e práticas sociais de um período determinado (VÁZQUES, 2001). Portanto, o que se tem em conta não é o caráter ético do Estado Novo, mas as condições históricas que constituíam a base moral das ações de governo.

Normalmente a discussão ética sobre política remete para a questão da liberdade. Não há dúvidas que o governo de Vargas foi autoritário e comprometeu a livre expressão. Entretanto, em seu diário, não há o destaque do tema liberdade individual, pois a preocupação central era a liberdade coletiva como expressão da soberania, o que era algo coerente para aquele período, onde as nações sacrificavam milhões de vidas no embate ideológico.

Nesta perspectiva, o Estado Novo é um governo moral, e a preocupação de Vargas em seus diários é com uma imoralidade invertida em relação aos valores democráticos contemporâneos, ou seja, para Vargas o progresso técnico e racional correspondia ao

progresso moral e as vontades individuais (bem como suas livres expressões) não eram metas a serem priorizadas, mas ao contrário, eram ameaças à isonomia e a integridade do coletivo.

Particularmente reveladora dessa postura, é a maneira pela qual Vargas encerra seus diários. Depois de sofrer um acidente automobilístico, em maio de 1942, o Presidente passou três meses imobilizado, sem poder atuar de maneira mais direta sobre a primeira grande crise do Estado Novo, na qual Osvaldo Aranha afastou-se de Góis Monteiro e Dutra, houve a queda de Filinto Müller e o definitivo alinhamento do Brasil com os EUA, culminando com o estado de guerra contra a Alemanha em agosto de 1942. Percebia-se, ainda, que o acirramento da censura mostrava os níveis críticos de governabilidade que o regime tinha de superar. A partir de 1940, 420 jornais e 346 revistas não conseguiram registro no DIP e o jornal *O Estado de São Paulo* resistiu e foi expropriado neste ano; em 1942, 108 programas proibidos e 373 letras de músicas foram censurados (GARCIA, 1982). Vargas encerra seus diários com essas palavras:

Quantos acontecimentos de grande transcendência aconteceram na vida do Brasil. Aqui chegando, tracei rapidamente essas linhas, dando por encerradas as anotações. Para que continuá-la após tão longa interrupção? A revolta, o sofrimento também mudou muita coisa dentro de mim. (VARGAS, 1995:477)

Com as exacerbações das individualidades no interior do governo, e a crescente contestação da unidade coletiva do Estado Novo, Vargas sentiu-se desestimulado a continuar narrando por ver-se em uma situação paradoxal. Se antes o autoritarismo do Estado novo era facilmente justificado pelo contexto internacional, com o encaminhamento da II Guerra na direção da vitória dos aliados contra o fascismo, Vargas percebeu a inversão dos valores que teriam de nortear seu governo e passou a justificar suas ações, de maneira oportunista e pragmática, com valores de sentido invertido aos que havia empregado até então.

Não se trata aqui de confirmar ou refutar a concepção de política e moral de Hegel, para quem a política é o exercício do poder e, portanto, uma esfera da ação humana amoral, mas encontrar no discurso de Vargas sobre si mesmo os valores próprios da sua subjetividade, por meio da *autópsia* (exame de si mesmo) que este sujeito histórico faz em seus diários. Giavanni Levi (1996:169) já destacou que uma das maiores dificuldades de historiar um indivíduo é o fato dos historiadores imaginarem os atores históricos obedecendo um modelo de racionalidade anacrônico e limitado, em conformidade com uma “cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas.” A narrativa de Vargas nos diários reforça essa tendência e é necessário buscar nas entrelinhas,

nos descuidos do escritor e nas exaltações do personagem a expressão mais espontânea do grupo de valores que proporcionaram os limites de uma moral política orientadora do ator histórico.

À semelhança de Rousseau em sua obra *Confissões*, Vargas talvez tenha compreendido que a autobiografia era um empreendimento possível mas envolto em grande risco de ser deformada ou alterada pela ótica de seus leitores. Diante dessa possibilidade, a evocação comedida da própria vida como parte de um enredo maior deixou de ser um projeto plausível, na medida que o enredo tornou-se absolutamente maior que o personagem, este reduzido à situação coadjuvante, despido da sua individualidade complexa, dissecado apenas na superfície, observado objetivamente por quem só podia compreendê-lo subjetivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Normalmente os Diários de Getúlio provocam uma frustração no leitor, pois espera-se encontrar em seus escritos revelações surpreendentes e o que se vê é uma sucessão de relatos raramente revestidos de pessoalidade e sem maiores aprofundamentos sobre os problemas enfrentados. Contudo, para os historiadores, esses textos são importante fonte de estudo não tanto pelo dito, mas pela compreensão dos valores expressos nos silêncios, no não-dito.

A narrativa dos acontecimentos do governo possuem uma forma e uma estratégia de comunicação que revelam a imagem que Vargas tinha de si mesmo e do seu papel histórico. A impessoalidade pode ser entendida como o esforço de construção de uma imagem independente dos outros, mas que jamais pode ser alheia à subjetividade de quem a construiu. Nesse sentido, Vargas entende-se como o centro do poder, a sua fonte de legitimidade e é a sua razão individual que concebe a razão coletiva.

O problema de discutir eticamente o Estado Novo consiste em separar a moralidade contemporânea dos valores vigentes na época. Aqui, inaugura-se uma das grandes questões da historiografia que é a refutação das analogias e das generalizações, ou seja, se não é possível fazer analogias entre a moralidade de hoje com a do passado e se não é possível ter e manter conceitos transcendentais de moral, então se perde o propósito humano do estudo da História, pois ela converte-se em um campo de conhecimento dedicado às excentricidades do passado e uma coleção de antiguidades dissociadas das questões que circunscrevem o historiador. A autobiografia traz para o centro do debate essa questão e nos faz perguntar:

qual a coerência que buscamos entre as motivações dos sujeitos históricos e os nossos modelos explicativos do passado?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAPELATO, Maria H. *Multidões em cena*. Propaganda política no Varguismo e no Peronismo. Campinas: Papirus, 1998.
- FONSECA, Paulo C. D. *Vargas: o capitalismo em construção – 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo: ideologia e propaganda política*, SP: Loyola, 1982.
- GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982.
- HESS, Remi. *Momento do diário e diário dos momentos*. In: Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- LACERDA NETO, Arthur Virmond de. *A república positivista*, 3ª ed.: Curitiba, Juruá, 2003.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org) *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 167-182.
- RANGEL, Carlos R.R. *Os discursos oposicionistas a Gabriel Terra (Uruguai) e Getúlio Vargas (Brasil) – 1930-1938*. Tese de Doutorado em História, PPGH, UFRGS, Porto Alegre, 2007.
- SILVA, Hélio. *1931. Os tenentes no Poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- VARGAS, Getúlio D. *A nova política do Brasil. 1938-1943*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1944.
- VARGAS, Getúlio D. *Diários*. Rio de Janeiro: FGV/Siciliano, 1995. V. 2.
- VAZQUES, Adolfo. *Ética*. 21ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.